



# TERMO DE REFERÊNCIA



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 01.00 - OBJETO

01.01 - Registro de Preços de material de consumo laboratorial para a Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama-PE, conforme especificação e quantitativo contidos no Apêndice I.

01.01.01 – Esta licitação está reservada exclusivamente à participação de microempresa, empresa de pequeno porte e empresário individual de responsabilidade limitada, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, conforme redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

### 02.00 - JUSTIFICATIVA

02.01 – A pleiteada contratação faz necessária mediante atendimento dos usuários do Laboratório desta municipalidade, visando manter o bom atendimento dos mesmos, e trazendo melhorias para os pacientes, como também visa suprir a necessidade de atividades cotidianas de consumo, proporcionando a continuidade e o aprimoramento dos serviços ofertados, se fazendo imprescindível a aquisição dos materiais de consumo laboratorial, para atender a necessidade do laboratório do Município de Toritama/PE.

### 03.00 - DO PREGÃO ELETRÔNICO E DO REGISTRO DE PREÇOS

03.01 - A aquisição do objeto em tela deve ocorrer através de Pregão na forma eletrônica por se tratar de bens caracterizados comuns, eis que possuem padrão de desempenho e qualidade passível de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002, c/c art. 1º do Decreto Municipal nº 19/2020.

03.02 - A adoção do registro de preços enquadra-se nas hipóteses previstas nos incisos I – II, IV e VI do art. 3º do Decreto Municipal nº 34/2019.

### 04.00 - DOS QUANTITATIVOS E DAS DESCRIÇÕES

04.01 – Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas, estão descritos no Apêndice I deste Termo de Referência.

### 05.00 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

05.01 – O critério de julgamento deverá ser “menor preço” por ITEM, tipo de disputa: **ABERTA**.

### 06.00 - DOS PRAZOS

06.01 - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da data da sua apresentação, que ocorrerá no dia da sessão de abertura deste certame licitatório.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**  
AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125 - 000 - CNPJ: 11.073.543/0001-88

06.02 - O prazo de vigência do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, observado as disposições contidas no Decreto Municipal nº 34/2019, como nas demais normas legais pertinentes.

06.02.01 - O prazo de vigência do(s) Contrato(s) oriundo(s) da(s) Ata(s) de Registro de Preços seguirá(ão) o que dispõe o art. 57 da lei 8.666/93.

06.03 - A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar(em) o(s) instrumento(s) da Ata de Registro de Preços o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, conforme disciplinado no § 2º, art. 11 do Decreto Municipal nº 34/2019 e demais normas legais pertinentes, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

06.03.01 - A(s) licitante(s) vencedora(s) poderá(ão) ser convocada(s) para assinar(em) o(s) eventual(is) Contrato(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços, o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002.

06.04 - O prazo para entrega do objeto deste Termo de Referência será de até **10 (dez) dias consecutivos**, contado da emissão da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

06.04.01 - A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) a este Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **48 (quarenta e oito) horas**, contado do recebimento da solicitação de troca.

06.04.02 - O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no seguinte endereço: **Centro de Distribuição da Prefeitura de Toritama, situado na Av. Dorival José Pereira, nº 464, Bairro Tavares Martins - Toritama-PE**, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00hs às 13:00hs, mediante agendamento através do e-mail: [setorcomprastoritama@gmail.com](mailto:setorcomprastoritama@gmail.com).

## **07.00 - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

07.01 - As despesas com a execução do objeto desta licitação possui valor máximo total aceitável de **R\$120.229,52 (cento e vinte mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos.)**

07.02 - Os recursos para a realização de despesas oriundas do objeto do presente Termo de Referência deverão ser mencionados no referido instrumento contratual ou documento equivalente, e serão alocados do seguinte elemento de despesa: 3.3.90.00.00 - Material de consumo.

## **08.00 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

08.01 - A participação na licitação será exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em observância ao art. 5º do Decreto Estadual nº 38.493,



de 06/08/2012, bem como o disposto nos arts. 47 e 48, inc. I da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto a ser contratado.

08.01.01 - Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, as pessoas jurídicas que se enquadrarem em qualquer das exclusões estabelecidas nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

08.02 - Não poderão participar:

08.02.01 - Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pela Administração Pública Municipal;

08.02.02 - Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

08.02.03 - Empresas ou pessoas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

08.02.04 - Pessoas enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.

08.02.05 - Pessoas físicas, as associações civis qualificadas ou não como OS (Organizações Sociais) ou OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), conforme Acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União nº 746/2014, e outras entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente licitação.

08.02.06 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais em comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse em comum.

08.02.07 - Consórcio de empresa<sup>1</sup>, qualquer que seja sua forma de constituição.

08.03 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

08.03.01 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

08.03.02 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

<sup>1</sup>Considerando que a participação de empresas consorciadas nas licitações é um ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão Eletrônico em tela.

08.03.03 - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

08.03.04 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

08.03.04.01 - A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá fazer a declaração, conforme o subitem anterior, mesmo que tenham restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal.

08.03.05 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

08.04 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em Lei e no Edital.

**09.00 - PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

09.01 - A condição de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:

**I – Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:**

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

**b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.**

**II – Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:**

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;

b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

d) Cópia do contrato social e suas alterações;

**e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.**



09.02 - Os documentos relacionados no subitem 09.01, para efeito de comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderão ser substituídos pela **Certidão expedida pela Junta Comercial**, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 10, de 05 de dezembro de 2013.

09.03 - As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

09.04 - Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado às Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, **a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

09.05 - O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º do art. 43, não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica, e qualificação econômica-financeira.

09.06 - A não-regularização da documentação, no prazo no subitem 09.04, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

## **10.00 - DA PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA**

10.01 - A empresa deverá encaminhar proposta de preços, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

10.02 - A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste, e deverá conter:

10.02.01 - Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema.

10.02.02 - O valor unitário e global do ITEM que deseje concorrer, o qual deverá ser expresso em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

10.02.03 - Indicação da marca/fabricante dos produtos ofertados, a qual ficará vinculada.

10.03 - A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação da mesma.

10.04 - A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.



10.04.01 - A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste.

10.05 - Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste.

10.06 - Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente registrada.

10.07 - O encaminhando de proposta de preços para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste.

10.08 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.09 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou desconexão.

10.10 - Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências deste, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

#### **10.11 - DOCUMENTOS COMPLEMENTAR À PROPOSTA DE PREÇOS**

10.11.01 - Sob pena de desclassificação, a empresa deverá anexar junto à proposta de preços os documentos complementares à proposta de preços abaixo relacionados:

10.11.01.01 – Prova do registro do produto junto ao Ministério da Saúde, referente à marca cotada, através de publicação em Diário Oficial, formulário de petição ou consulta do produto emitido via internet através do site da ANVISA.

10.11.01.02 – Se o produto for isento de registro, a licitante deverá apresentar cópia legível da isenção do registro emitida pelo Ministério da Saúde ou órgão competente.

#### **11.00 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

11.01 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação dos licitantes participantes, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.01.01 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

11.01.02 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/>;

11.01.03 - Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no endereço eletrônico <https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/declaracao-de-inidoneidade>; e

11.01.04 - Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico <https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>.

11.02 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro poderá reputar o licitante como inabilitado, se houver falta de condição de participação.

**11.03 - Para fins de habilitação a este Pregão, deverão as licitantes interessadas apresentar os documentos abaixo relacionados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.**

**11.03.01 - Documentação relativa à Habilitação Jurídica:**

11.03.01.01 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.03.01.02 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, o **ato constitutivo e/ou a alteração social consolidada** devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.03.01.03 - Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; e

11.03.01.04 - Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**11.03.02 - Documentação relativa à Qualificação Técnica:**

11.03.02.01 - Apresentar Comprovação da Autorização de Funcionamento da empresa participante da Licitação, junto ao Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

11.03.02.02 - Certificado de Regularidade Técnica, dentro do prazo de validade, expedida pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado em que se encontra estabelecida licitante.

11.03.02.03 - Licença sanitária da licitante expedida pelo Município de origem, para o ramo pertinente do objeto licitado, em conformidade com o Decreto nº 8.077/2013.



**11.03.03 - Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira:**

11.03.03.01 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.03.03.01.01 - As empresas sediadas em Pernambuco deverão anexar também a Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais eletrônicos), quando explicitamente excluídos na Certidão exigida no subitem 11.03.03.01

**11.03.04 - Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

11.03.04.01 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

11.03.04.02 - Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da **Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União**, a qual engloba também os Tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);

11.03.04.03 - Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.03.04.04 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

11.03.04.05 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**11.03.05 - Documentação relativa ao Cumprimento do inc. XXXIII do Art. 7º da C.F.:**

11.03.05.01 - Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

11.04 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos exigidos.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125 - 000 - CNPJ: 11.073.548/0001-88

11.05 - A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o Município convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de a licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

11.06 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.07 - A licitante que deixar e apresentar quaisquer documentos exigidos para habilitação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste, ou com irregularidade, que não possa ser sanada por meio eletrônico (documentos de internet) será inabilitada.

11.08 - Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

11.08.01 - Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.09 - O Pregoeiro poderá solicitar documentos de habilitação complementares (diligências), quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, devendo o licitante encaminhá-los, em formato digital via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.10 - É facultado ao Pregoeiro solicitar os originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, os quais deverão ser encaminhados para o endereço informado no sistema, dentro do prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

11.11 - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

11.11.01 - Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

**12.00 - GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.01 - Caberá ao Órgão Gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

12.02 - Quando do gerenciamento da Ata de Registro de preços, o Órgão Gerenciador, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº. 34/2019, deverá:

I - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VII, art. 5 do Decreto Municipal nº. 34/2019;



II - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso VIII, art. 5 do Decreto Municipal nº. 34/2019;

III - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme o inciso IX, art. 5º do Decreto Municipal nº 34/2019;

IV - Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 34/2019, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

12.03 - O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº. 34/2019.

### **13.00 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

13.01 - A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do órgão gerenciador, atendidas as condições previstas no Decreto Municipal nº 34/2019.

13.02 - O Órgão Não Participante, a que se refere o art. 20 do Decreto Municipal nº. 34/2019, somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços, após a anuência do Órgão Gerenciador da Ata.

13.03 - Quando da formalização do pedido para fazer uso da Ata de Registro de Preços, o Órgão Não Participante deverá informar os itens e quantidades a serem adquiridos, enviando documento assinado por autoridade competente do órgão ou entidade.

13.04 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) participante(s), nos de acordo com o disciplinado no § 2º do art. 20 do Decreto Municipal nº. 34/2019.

13.05 - As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante e não vinculada a Administração Pública do Município de Toritama não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de preços para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s), em consonância com o disposto no §4º do art. 20 do Decreto Municipal nº. 34/2019.

13.06 - O quantitativo decorrente de todas as adesões a Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado, para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem, nos termos do § 5º do art. 20 do Decreto Municipal nº. 34/2019.





**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125 - 000 - CNPJ: 11.073.348/0001-88

13.07 - Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com o § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 34/2019.

13.08 - Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme estabelecido no § 7º do art. 20 do Decreto Municipal nº. 34/2019.

**14.00 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA(S) ATA(S) DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS QUE DELA ORIGINAREM**

14.01 - A Gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário.

14.01.01 - A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

14.02 - A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem ficará sob a responsabilidade da Sra. Camilla Larisse Silva Maciel, Coordenadora do Laboratório.

14.03 - Não obstante a empresa Detentora/Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador/Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

14.04 - Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador/Contratante quanto da Detentora/Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora/Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Detentora/Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;



- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e respectivo Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora/Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao Gestor da Ata de Registro de Preços/Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora/Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.05 - Caberá ao Gestor da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada;
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas/contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços e Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

## **15.00 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

15.01 - O objeto deste Termo de Referência será recebido:

15.01.01 - Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações constantes neste Termo de Referência;

15.01.02 - Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade dos itens e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.



15.02 - O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da Detentora/Contratada.

15.03 - O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

#### **16.00 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.01 - Além das obrigações legais, regulamentares e as demais constantes do instrumento da Ata de Registro de Preços, Contratual e demais documentos, obriga-se, a licitante adjudicatária a:

- a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93.
- b) Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a Detentora/Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
- d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento da Ata de Registro de Preços e eventuais contratos.
- e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento.
- f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste se verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Órgão Gerenciador/Contratante.
- i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução da Ata de Registro de Preços.
- j) Indicar preposto que se responderá perante o Órgão Gerenciador.
- k) Atender prontamente às requisições do Órgão Gerenciador/Contratante no fornecimento do objeto na quantidade e especificações exigidas.
- l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.



m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.

n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.

## **17.00 - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE**

17.01 - Caberá ao Órgão Gerenciador/Contratante as seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho.
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada com relação ao objeto do Registro de Preços.
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- e) Acompanhar a execução desta Ata de Registro de Preços.
- f) Comunicar à Detentora as irregularidades observadas na entrega do(s) produto(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

## **18.00 - DO PAGAMENTO DAS FATURAS**

18.01 - O Município efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento objeto deste Termo de Referência em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo da Tesouraria, localizada na Avenida Dorival José Pereira 1370, Parque das Feiras, 55.125-000, Toritama-PE, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

18.01.01 - O Município verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Detentora/Contratada no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

18.01.02 - O Município deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Detentora/Contratada.

18.02 - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

18.03 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Detentora não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.



18.04 - Ocorrendo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de fornecimento já recebidos, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Detentora/Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

#### **19.00 - DO REAJUSTE DE PREÇOS**

19.01 - De acordo com os art. 2º, § 1º, e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/01, no prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma da alínea "d", inciso II do art. 65 Lei 8666/93, c/c art. 18 do Decreto Municipal 34/2019.

19.02 - Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

19.03 - A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela detentora/contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

#### **20.00 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

20.01 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, conforme o § 1º do Art. 10 do Decreto Municipal nº 34/2019.

20.01.01 - Na hipótese de supressão unilateral, não se aplica o disposto no art. 65, § 1º, II, da mencionada lei, que dispõe sobre o limite de 25%, podendo haver supressões de até 100%, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 34/2019.

20.02 - As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento do Contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, que passará a integrar o Contrato para todos os fins legais.

#### **21.00 - DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

21.01 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto Municipal nº 34/2019.

21.02 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, de acordo com o estabelecido no art.16 do Decreto Municipal nº 34/2019.

21.02.01 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme consta no §1º do art.16 do Decreto Municipal nº 34/2019.



21.02.02 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original das ofertas, em conformidade com o disposto no §2º do art.16 do Decreto Municipal nº 34/2019.

21.03 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados por motivo superveniente, o órgão gerenciador poderá: (Art. 17 do Decreto Municipal nº 34/2019)

21.03.01 - Realizar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, na forma do disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

21.03.02 - Em caso de não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento ou ordem de serviços, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

21.03.03 - É facultado à administração, em caso de não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, e após liberar o fornecedor do compromisso assumido, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

21.04 - Não havendo êxito, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, mediante publicação na imprensa oficial, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 17 do Decreto Municipal nº 34/2019.

## **22.00 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

22.01 - O fornecedor terá o seu registro cancelado quando: (Art. 19 do Decreto Municipal nº 34/2019)

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticado no mercado; ou

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

V - Tiver presentes razões de interesse público, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei 8.666, de 1993.

22.01.01 - O cancelamento de registro de preços nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV e V deve ser formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



22.01.02 - A comunicação do cancelamento de registros nas hipóteses previstas acima deve ser feita por publicação na imprensa oficial, assegurado o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis.

22.01.03 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, desde que comprovada de maneira inequívoca, principalmente por meio de provas documentais, qualquer uma das hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea d, e § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

22.01.04 - A comunicação do cancelamento do registro de preço, no caso previsto acima deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do registro de preços.

### **23.00 - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

23.01 - As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento do Contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar o Contrato para todos os fins legais.

### **24.00 - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**

24.01 - O regime jurídico que rege este acordo confere ao Município as prerrogativas constantes dos arts. 58, 77 e seguintes da Lei 8.666/93, as quais são reconhecidas pela Contratada.

### **25.00 - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

25.01 - A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, de acordo com o previsto nos artigos 78 e na forma prevista no art. 79 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e suas alterações, incidindo sobre a Contratada as sanções estabelecidas em lei e no presente instrumento contratual.

### **26.00 - DAS PENALIDADES E SANÇÕES**

26.01 - O cometimento de irregularidades na execução, sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

26.02 - O particular ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I - Advertência;

II - Multa, nos seguintes termos:

a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do produto;



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125 - 000 - CNPJ: 11.073.548/0001-88

b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;

c) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;

d) Pela recusa da Detentora/Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;

e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III - Impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

26.02.01 - As multas estabelecidas anteriormente podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

26.02.02 - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

26.02.03 - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Detentora/Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.

26.03 - Ficará sujeito a penalidade prevista no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas e nas demais cominações legais, o particular que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

I - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato;

II - Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;

III - Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

IV - Não manter a proposta;

V - Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços ou do Contrato;

VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

26.04 - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Detentora/Contratada estará sujeita às penalidades:



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**

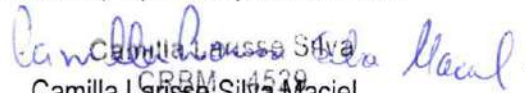
AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125 - 000 - CNPJ: 11.073.548/0001-88

- I - Pelo descumprimento do prazo do fornecimento;
- II - Pela recusa em atender alguma solicitação para correção do fornecimento; e
- III - Pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados no Edital e seus anexos.

26.05 - Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

26.06 - As previsões acima descritas não excluem a possibilidade de sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 entre outras, conforme o caso.

Toritama (PE), 30 de junho de 2023

  
Camilla Larisse Silva Maciel  
CRRM - 4539  
Biomédica  
Coordenadora do Laboratório  
Secretaria Municipal de Saúde



**APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA  
ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**

**01.00 - OBJETO**

01.01 - Registro de Preços de material de consumo laboratorial para a Secretaria de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama-PE, conforme especificação e quantitativo descritos abaixo:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	337768	<b>ASLO</b> – Sistema para determinação qualitativo e semiquantitativo para determinação de antiestreptolisina "O" em soro, Método: Aglutinação em Látex sensibilizadas com Estreptolisina O. APLICAÇÃO SEMI-AUTOMÁTICA, com 100 testes e frasco de 4 ml. Com registro da ANVISA.	CAIXA	8	R\$ 119,11	R\$ 952,88
2	340480	<b>REAGENTE FATOR REUMATOIDE</b> – Sistema para determinação qualitativa e semiquantitativa, em lâminas, dos fatores reumatoides no soro, com 100 testes. Com registro da ANVISA.	CAIXA	9	R\$ 112,48	R\$ 1.012,32
3	419940	<b>PCR</b> – Sistema para determinação semiquantitativa para Proteína C Reativa no soro com controle positivo e negativo. Com registro da ANVISA.	CAIXA	260	R\$ 54,52	R\$ 14.175,20
4	335769	<b>P.S.A. TESTE RÁPIDO</b> - Sistema para determinação qualitativa do Antígeno Prostático Específico no soro (Com 20 testes). Com registro da ANVISA.	CAIXA	29	R\$ 159,65	R\$ 4.629,85
5	332730	<b>TESTE RÁPIDO BHCG GRAVIDEZ</b> – Tipo De Análise: Qualitativo de BhCG no soro e urina, Método: Aglutinação (caixa com 50 fitas reagentes). Com registro da ANVISA.	CAIXA	25	R\$ 66,28	R\$ 1.657,00
6	339560	<b>TESTE DE URINA</b> – Tipo: Uroanálise; Características Adicionais: 10 Parâmetros, com alto grau de exatidão. (Contendo 100 fitas reagentes).	CAIXA	80	R\$ 43,25	R\$ 3.460,00
7	454810	<b>LÍQUIDO DE TURK</b> – Corante; componentes: Ácido acético e violeta genciana; Tipo: Para coloração de leucócitos. (Frasco com 500ml). Com registro da ANVISA.	FRASCO	2	R\$ 36,48	R\$ 72,96
8	280350	<b>ANTI-A MONOCLONAL</b> – Para testes em lâmina ou tubo (Contém 10mL). Com registro da ANVISA.	FRASCO	9	R\$ 31,36	R\$ 282,24
9	280351	<b>ANTI-B MONOCLONAL</b> – Para testes em lâmina ou tubo (Contém 10mL). Com registro da ANVISA.	FRASCO	13	R\$ 30,78	R\$ 400,14
10	280353	<b>ANTI-D IgM+IgG MONOCLONAL</b> – Para testes em lâmina ou tubo (Contém 10mL). Com registro da ANVISA.	FRASCO	10	R\$ 44,99	R\$ 449,90



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125 - 000 - CNPJ: 11.073.548/0001-88

11	327536	<b>PANÓTICO PARA HEMATOLOGIA</b> – Conjunto de corantes para coloração diferencial rápida em Hematologia (1 frasco de Instant Prov I com 500mL – 1 frasco de Instant Prov II com 500mL - 1 frasco de Instant Prov III com 500mL). Com registro da ANVISA.	CONJUNTO	22	R\$ 63,09	R\$ 1.387,98
12	436931	<b>TESTE HIV</b> – Determinação qualitativa de anticorpos anti-HIV1 e anti-HIV2 por método imunocromatográfico, usando uma combinação de proteínas recombinantes dos vírus HIV 1 e 2 imobilizadas na membrana para identificação seletiva dos anticorpos anti-HIV em amostras de soro, plasma ou sangue total. Referência A (kit p/ 25 testes). Com registro da ANVISA.	KIT	29	R\$ 102,40	R\$ 2.969,00
	356904	<b>TESTE RPR SÍFILIS</b> – Sistema imunológico com a finalidade de detectar reagentes da sífilis no soro, Método: Aglutinação em placa (com 250 testes). Com registro da ANVISA.	KIT	24	R\$ 50,77	R\$ 1.218,48
14	366227	<b>VDRL</b> – Sífilis 5 ml – 250 testes com controle positivo e negativo e placa de leitura, Método: Floculação. Com registro da ANVISA.	KIT	19	R\$ 57,07	R\$ 1.084,33
15	334483	<b>IMUNORAPIDO HBSAG</b> – Kit para determinação qualitativa do antígeno de superfície do vírus da hepatite B (HBsAg), Método: Imunocromatografia, usando anticor. Kit com 20 testes. Com registro da ANVISA.	KIT	28	R\$ 77,65	R\$ 2.174,20
16	331701	<b>ANTICOAGULANTE UNIVERSAL 250ML</b> – Tipo: anticoagulante; Características adicionais: Solução de Edta Tamponada. Com registro da ANVISA.	FRASCO	3	R\$ 51,15	R\$ 153,45
17	334384	<b>ÓLEO DE IMERSÃO</b> – Aspecto físico: líquido Límpido, Transparente; Uso: Para microscopia; (Conteúdo de 100mL). Com registro da ANVISA.	FRASCO	5	R\$ 39,11	R\$ 195,55
18	483362	<b>CURATIVO PÓS COLETA</b> – Dimensão: Cerca De 2,5 CM; Componente: Com almofada fibra sintética, base adesiva; Apresentação: Embalagem individual; Esterilidade: Estéril; Caixa com 500 unidades. Com registro da ANVISA.	CAIXA	15	R\$ 24,88	R\$ 373,20
19	412677	<b>PLACA DE KLINE</b> - Material: Vidro; Capacidade: 12 poços. Com registro da ANVISA.	UND	5	R\$ 84,52	R\$ 422,60
20	409705	<b>LÂMINA FOSCA</b> – Espessura entre 1,0 a 1,2mm – Dimensões 26x76mm – Seladas a vácuo (Caixa com 50 lâminas). Com registro da ANVISA.	CAIXA	10	R\$ 11,27	R\$ 112,70
21	409703	<b>LÂMINA LISA</b> – Espessura entre 1.0 a 1.2 mm – Dimensões de 26 x 76mm – Seladas a vácuo (caixa com 50 lâminas). Com registro da ANVISA.	CAIXA	10	R\$ 9,96	R\$ 99,60
22	409643	<b>LAMÍNULA PARA MICROSCOPIA QUADRADA</b> – Espessura de 0,13 a 0,16mm – Tamanho 24x24mm. (Caixa com 100 lamínulas). Com registro da ANVISA.	CAIXA	3	R\$ 14,44	R\$ 43,32



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**  
 AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125 - 000 - CNPJ: 11.073.548/0001-88

23	410220	LAMÍNULA DE QUARTZO PARA CAMARA DE NEUBAUER – Tamanho 20x26; Caixa C/ no mínimo 10 unidades. Com registro da ANVISA.	CAIXA	6	R\$ 13,28	R\$ 79,68
24	411380	CAMARA DE NEUBAUER BRIGHT LINE (ESPELHADA) – Quadrulado de 0,0025mm; Profundidade Cerca De 0,1 mm; Material: Vidro; com registro da ANVISA.	UND	4	R\$ 324,06	R\$ 1.296,24
25	414714	TUBO CAPILAR SEM HEPARINA – Dimensões: comprimento 75 mm, diâmetro 1 mm, diâmetro externo 1,5 mm, embalagem 500 unidades. Com registro da ANVISA.	CAIXA	5	R\$ 43,42	R\$ 217,10
26	409030	TUBO DE ENSAIO – Material: Vidro; Tipo: Fundo Redondo; Adicional: Sem orla; Dimensões: Cerca de 10 X 75 mm; pac. c/ 1000 unidades. Com registro da ANVISA.	PCT	7	R\$ 144,31	R\$ 1.010,17
27	409034	TUBO DE ENSAIO – Material: Vidro; Tipo: Fundo Redondo; Adicional: Sem orla; Dimensões: Cerca de 15 X 100 mm; pac. c/ 12 unidades. Com registro da ANVISA.	PCT	8	R\$ 15,92	R\$ 127,36
28	375901	TUBO P/ COLETA À VÁCUO EDTA K-3 (ROXO) – Material: Tubo plástico; Uso: Microcoleta de sangue; Característica adicional: À vácuo; Volume: 2 ml; Esterilidade: Estéril, descartável; 13 X 75 mm; cx. 100 unidades. Com registro da ANVISA.	CAIXA	40	R\$ 65,85	R\$ 2.634,00
29	372352	TUBO P/ COLETA À VÁCUO ATIV. DE COÁGULO (VERMELHO) – Material: Tubo plástico; Componentes: Com ativador de coágulo e gel separador; Uso: Coleta de sangue; Característica adicional: À vácuo; Volume: 4 ml; Esterilidade: Estéril, descartável; 13 X 75 mm; cx. 100 unidades. Com registro da ANVISA.	CAIXA	40	R\$ 80,15	R\$ 3.206,00
30	399143	TUBO P/ COLETA À VÁCUO ATIV. DE COÁGULO (VERMELHO) – Material: Tubo plástico; Componentes: Com ativador de coágulo e gel separador; Uso: Coleta de sangue; Característica adicional: À vácuo; Volume: 10 ML; Esterilidade: Estéril, descartável; 13 X 75 mm; cx. 100 unidades. Com registro da ANVISA.	CAIXA	7	R\$ 124,82	R\$ 873,74
31	372348	TUBO P/ COLETA À VÁCUO CITRATO DE SÓDIO (AZUL) – Material: Tubo plástico; Uso: Coleta de sangue; Característica adicional: À vácuo; Volume: 2 ml; Esterilidade: Estéril, descartável; 13 X 75 mm; cx. 100 und. Com registro da ANVISA.	CAIXA	47	R\$ 91,73	R\$ 4.311,31
32	411171	PIPETADOR DE SEGURANÇA 3 VIAS – Material: Borracha; Capacidade: Até 100 ml; Ajuste: Tipo pera e esferas em inox; com registro da ANVISA.	UND	2	R\$ 39,41	R\$ 78,82
33	433552	AGITADOR DE KLINE - Utilizado para testes de aglutinação em látex. Frequência de velocidade ajustável: 0 - 230 RPM, raio de agitação orbital: 22 mm. Dimensões aproximada da plataforma: Largura 224 mm, Altura: 80 mm, Profundidade: 152 mm. Voltagem: 220 volts. Com registro da ANVISA.	UND	1	R\$ 1.033,82	R\$ 1.033,82



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**  
 AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125 - 000 - CNPJ: 11.073.548/0001-88

34	421481	PIPETADOR Micropipeta; Componentes: Com ejetor de ponteira, suporte; Capacidade aspiração: Até 10 MCL; Componentes adicionais: Com carregador bateria; Ajuste: Volume regulável; Adicional: Autoclavável; Tipo*: Monocanal, digital. Com registro da ANVISA.	UND	2	R\$ 142,06	R\$ 284,12
35	408628	PIPETADOR Micropipeta; Componentes: Com ejetor de ponteira, suporte; Capacidade aspiração: Até 20 MCL; Ajuste: Volume regulável; Tipo*: Monocanal, mecânica. Com registro da ANVISA.	UND	2	R\$ 146,50	R\$ 293,00
36	408637	PIPETADOR Micropipeta; Componentes: Com ejetor de ponteira, suporte; Capacidade aspiração: Até 50 MCL; Componentes adicionais: Com carregador bateria; Ajuste: Volume regulável; Característica Adicional: 8 canais, autoclavável; Tipo*: Multicanal, Digital. Com registro da ANVISA.	UND	2	R\$ 111,79	R\$ 223,58
37	419661	PIPETADOR Micropipeta; Componentes: Com ejetor de ponteira; Capacidade Aspiração: Até 100 MCL; Ajuste: Volume regulável; Adicional: Com deslocamento positivo; Tipo*: Monocanal, mecânica. Com registro da ANVISA.	UND	2	R\$ 136,03	R\$ 272,06
38	408629	PIPETADOR Micropipeta; Componentes: Com ejetor de ponteira, suporte; Capacidade aspiração: Até 200 MCL; Ajuste: Volume regulável; Tipo*: Monocanal, mecânica. Com registro da ANVISA.	UND	2	R\$ 135,85	R\$ 271,70
39	408625	PIPETADOR FIXO Micropipeta; Componentes: Com ejetor de ponteira, suporte; Capacidade aspiração: Até 250 MCL; Componentes adicionais: Com carregador bateria; Ajuste: Volume regulável; Adicional: Desmontável, autoclavável; Tipo*: Monocanal, digital. Com registro da ANVISA.	UND	2	R\$ 122,74	R\$ 245,48
	408691	PONTEIRA TIPO UNIVERSAL AMARELA - Material: Polipropileno; Capacidade: Até 200 Mcl; Tipo uso*: Descartável; Esterilidade*: Apirogênico, livre de Dnase e Rnase; (Contém 1000 unidades). Com registro da ANVISA.	PCT	30	R\$ 20,17	R\$ 605,10
41	479501	PONTEIRA TIPO UNIVERSAL AZUL - Peça Equipamento Laboratório; Tipo: Ponteira; Aplicação: P/ extrator de ácidos nucleicos; Dimensões: Até 1000 MCL. (Contém 1000 unidades). Com registro da ANVISA.	PCT	24	R\$ 50,80	R\$ 1.219,20
42	303151	LANCETAS - Uso: Descartável; Características adicionais: Estéril, embalagem individual; Material lâmina: Aço inoxidável, ponta afiada trifacetada - Caixa com 200 unidades. Com registro da ANVISA.	CAIXA	15	R\$ 24,82	R\$ 372,30
43	441020	TERMOMETRO PARA ESTUFA - Material: Vidro; Faixa medição temperatura: -10 à 260 °C; Tipo: Analógico; Características adicionais: Capilar, escala interna; dimensões: 150mm/120mm/7mm; Precisão: +/- 2 °C; Elemento expansão: Mercúrio	UND	3	R\$ 114,34	R\$ 343,02
44	384214	TERMOMETRO PARA GELADEIRA DIGITAL DE MAX E MIN - Material: Plástico; Faixa medição temperatura: -50°C A +70 °C; Tipo: Digital; Características adicionais: Display cristal, base	UND	2	R\$ 135,00	R\$ 270,00



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125 - 000 - CNPJ: 11.073.548/0001 - 88

		magnética, alarme, sensor; Alimentação: Pilha				
45	235374	<b>TERMO-HIGROMETRO PARA MEDIR TEMPERATURA E UMIDADE DO AR</b> - Sensor interno e externo de temperatura e umidade, resolução de umidade 1% e temperatura 0,1°C, precisão de umidade +/- 5% e temperatura +/- 1°C.	UND	3	R\$ 158,62	R\$ 475,86
46	465624	<b>RELÓGIO DESPERTADOR</b> - Material: Plástico; Tipo: Mesa; Funcionamento: Elétrico; Características adicionais: Led, memória embutida, calendário; Mostrador: Analógico	UND	3	R\$ 59,49	R\$ 178,47
47	429241	<b>ESTANTE LI PP 13 MM</b> - Material: Plástico; Capacidade*: Até 90 Unidades.	UND	5	R\$ 26,19	R\$ 130,95
48	420146	<b>TESTE HCV - Hepatitis C Vírus</b> - Teste rápido para detectar qualitativamente a presença de anticorpos contra antígenos do núcleo, NS3 e NS4 em amostras de sangue total (por coleta venosa ou punção venosa), soro e plasma, caixa com 20 testes. Com registro da ANVISA.	CAIXA	25	R\$ 100,21	R\$ 2.505,25
49	428734	<b>ESTANTE LI PP ATÉ 25 MM - 40 TUBOS</b> - Material: Arame Revestido Em Pvc	UND	6	R\$ 24,14	R\$ 144,84
50	279893	<b>ALMOTOLIA BICO RETO 250 ML</b> - Material: em polietileno (Plástico); Tipo Tampa: Em rosca; Cor: Transparente. Com registro da ANVISA.	UND	2	R\$ 5,24	R\$ 10,48
51	279892	<b>ALMOTOLIA BICO CURVO 500 ML</b> - Material: Em Polietileno (Plástico); Cor: Transparente; Tipo tampa: Em roscao. Com registro da ANVISA.	UND	2	R\$ 7,99	R\$ 15,98
52	408322	<b>PAPEL FILTRO 9 CM</b> - Confeccionado em fibra vegetal, para análise qualitativa, embalagem com 100 unidades. Com registro da ANVISA.	UND	7	R\$ 12,24	R\$ 85,68
53	328652	<b>ESCOVA PARA LAVAGEM DE VIDRARIA (P/M/G)</b> - Fabricada com arame galvanizado e pelo animal. Com registro da ANVISA.	UND	3	R\$ 15,49	R\$ 46,47
54	439115	<b>COLETOR DE URINA E FEZES</b> - Material: Plástico transparente; Capacidade: Cerca de 80 ml; Tipo: Universal; Graduação: Graduado; Tipo tampa: Rosqueável. Com registro da ANVISA.	UND	3373	R\$ 0,60	R\$ 2.023,80
55	419405	<b>COLETOR DE URINA INFANTIL</b> - Bolsa coletora de urina descartável, tipo unissex, capacidade: cerca de 50ml. Com registro da ANVISA.	UND	700	R\$ 0,60	R\$ 420,00
56	389457	<b>DETERGENTE ALCALINO</b> - Aspecto Físico: Líquido; Degradabilidade: Biodegradável; Galão com 5 litros. Com registro da ANVISA.	GALÃO	7	R\$ 71,12	R\$ 497,84
57	389458	<b>DETERGENTE NEUTRO</b> - Aspecto Físico: Líquido; Degradabilidade: Biodegradável; Galão com 5 Litros. Com registro da ANVISA.	GALÃO	7	R\$ 48,44	R\$ 339,08



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125 - 000 - CNPJ: 11.073.548/0001-88

58	238638	<b>AVENTAL</b> - Material: PVC - Cloreto De Polivinila; Cor: Branca; Tipo: Impermeável; Manga longa; Características adicionais: Fechamento nas costas, para uso no laboratório, Com registro da ANVISA.	UND	6	R\$ 18,74	R\$ 112,44
59	438102	<b>LUGOL 2%</b> - Forma farmacêutica: Solução oral; Adicional: Formulação especialmente manipulada; em frasco de 1000ml. Com registro da ANVISA	FRASCO	6	R\$ 115,37	R\$ 692,22
60	276839	<b>ÁGUA DESTILADA</b> - Aspecto físico: Estéril e apirogênica; Galão com 5 LITROS. Com registro da ANVISA.	GALÃO	30	R\$ 12,90	R\$ 387,00
	440371	<b>SERINGA DESCARTAVEL PARA COLETA 3ML</b> - Material: Polipropileno; Tipo bico: Central luer lock ou slip; Adicional: Graduada, numerada; Tipo agulha: c/ agulha 22 G X 1"; Modelo: p/ coleta de sangue; Componente: c/ tampa de vedação de borracha; Princípio ativo: c/ cálcio e heparina de lítio; Esterilidade: Estéril, descartável, apresentação: Embalagem individual. Com registro da ANVISA.	UND	5000	R\$ 0,56	R\$ 2.800,00
62	439624	<b>SERINGA DESCARTAVEL PARA COLETA 5ML</b> - Material: Polipropileno; Tipo vedação: Êmbolo de borracha; Tipo bico: Central luer lock ou slip; Adicional: Graduada, numerada; Apresentação: Embalagem individual; Esterilidade: Estéril, descartável. Com registro da ANVISA.	UND	5000	R\$ 0,59	R\$ 2.950,00
63	439728	<b>SERINGA DESCARTAVEL PARA COLETA 10ML</b> - Material: Polipropileno; Tipo bico: Central luer lock ou slip; Tipo vedação: Êmbolo de borracha; Adicional: Graduada, numerada; Princípio ativo: c/ solução salina; Esterilidade: Estéril, descartável; Apresentação: Embalagem individual. Com registro da ANVISA.	UND	5000	R\$ 0,99	R\$ 4.950,00
64	269587	<b>COMPRESSA DE GAZES</b> - Material: Tecido 100% algodão; Modelo: Cor branca, isenta de impurezas; Dobras: 5; Comprimento: 7,50 cm; Tipo: 13 fios/cm2; Largura: 7,50 cm; Características adicionais: com fio Radiopaco, estéril, descartável; Camadas: 8 camadas, Pacote com 500 unidades.	PCT	133	R\$ 27,96	R\$ 3.718,68
65	437165	<b>SCALP N. 25</b> - Cateter Periférico; Modelo: Tipo escalpe; Aplicação: Venoso; Conector: padrão c/ tampa; Diâmetro: 25 GAU; Componente adicional: c/ asa de fixação, tubo extensor; Componente 2: c/ sistema segurança segundo Nr/32; Tipo uso: Estéril, descartável, embalagem individual; Material agulha: aço inox. Caixa com 100 unidades. Com registro da ANVISA.	CAIXA	10	R\$ 38,20	R\$ 382,00
66	408563	<b>BANDEJA PLASTICA 7,5 LT</b> - medidas aproximadas: altura 7,5cm, largura 29,6cm, Comprimento 43,5cm; Confeccionada em polipropileno.	UND	5	R\$ 13,61	R\$ 68,05
67	414358	<b>CRONÔMETRO DIGITAL</b> - Material carcaça: Plástico abs; Tipo: Bolso; Funcionamento: Bateria; Características adicionais: Funções início, parada e reset, memória, relógio e alarme	UND	5	R\$ 49,80	R\$ 249,00



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**  
 AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125 - 000 - CNPJ: 11.073.548/0001-88

68	424164	CUBA DE COLORAÇÃO – Material: Vidro; Capacidade: Até 30 lâminas; Tipo: Vertical; Acessórios: com tampa.	UND	10	R\$ 76,43	R\$ 764,30
69	414669	BERÇO PARA CUBA DE COLORAÇÃO – Material: Aço inoxidável; Componentes: Com alça; Capacidade: Até 30 unidades.	UND	6	R\$ 77,55	R\$ 465,30
70	376801	ÁLCOOL ETÍLICO - Aspecto físico: De cereais, hidratado, líquido límpido, incolor; Peso molecular: 46,07 G/MOL; Teor alcoólico: Mínimo de 96°Gl Grau de pureza: Mínimo de 93°Inpm; Fórmula química: C2h5oh; Número de referência química: Cas 64-17-5	UND	20	R\$ 11,62	R\$ 232,40
	344237	TROPONINA - Teste rápido e qualitativo para detecção de Troponina I Cardíaca (cTnI) no sangue total, soro ou plasma humanos. Com 25 testes. Com registro da ANVISA.	CAIXA	35	R\$ 152,59	R\$ 5.340,65
72	409646	LAMINULA 24 X 50 MM – Material: Vidro, caixa com 1.000 unidades. Com registro da ANVISA.	CAIXA	7	R\$ 104,30	R\$ 730,10
73	353742	TESTE IGG/IGM DENGUE – Kit teste rápido para dengue; Método: Imunocromatografia; com 25 testes. Com Registro na ANVISA.	KIT	14	R\$ 243,00	R\$ 3.402,00
74	343252	TOXOPLASMOSE - Teste Rápido Toxoplasmos e Igg e Igm (TOXO) IGG/IGM. Imunoensaio cromatográfico de fluxo lateral para a detecção e diferenciação simultânea das imunoglobulinas IGG e IGM anti-Toxoplasma, ou sangue total humano. Este Kit deverá ser utilizado em testes de rastreio e como teste auxiliar no diagnóstico da infecção por T. gondii. Com 30 testes. Com registro da ANVISA.	CAIXA	25	R\$ 380,30	R\$ 9.507,50
75	339049	RUBÉOLA - Teste Rápido para Rubéola IgG/IgM - Imunoensaio de fluxo lateral para detecção semiquantitativa e diferenciação de anticorpos (IgG e IgM) contra o vírus da Rubéola no soro, plasma ou sangue; com 30 testes. Com registro da ANVISA.	CAIXA	25	R\$ 351,12	R\$ 8.778,00
76	343253	TESTE CITOMEGALOVIRUS-CMV - Nome formal: Anticorpos anticitomegalovirus, IgG e IgM. Com 20 testes. Com registro da ANVISA.	CAIXA	31	R\$ 327,18	R\$ 10.142,58
77	315821	COOLER - Caixa Térmica; Material: Poliestireno expandido; Capacidade: 15 L; Características adicionais: Com alça e tampa.	UND	5	R\$ 217,46	R\$ 1.087,30

**VALOR GLOBAL TOTAL: R\$120.229,52 (cento e vinte mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos.)**

**OBSERVAÇÕES:**

- Os materiais de consumo laboratorial deverão estar acondicionados de forma compatível à sua integridade e conservação, em embalagens originais de produção e transportados adequadamente.

*(Assinatura)*

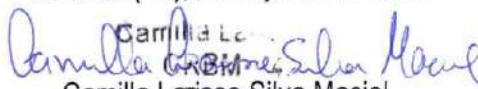


**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125 - 000 - CNPJ: 11.073.548/0001-88

- 2) Os materiais de consumo laboratorial deverão ser fornecidos dentro de seu prazo de validade com vida útil de no mínimo 01 (um) ano data de entrega, e de acordo com as especificações e as normas vigentes da Vigilância Sanitária e ANVISA.
- 3) A empresa vencedora será responsável pelo transporte do material de consumo laboratorial, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município para entrega, como também será responsável pelo seu descarregamento.

Toritama (PE), 30 de junho de 2023

  
Camilla Larisse Silva Maciel  
Coordenadora do Laboratório  
Fundo Municipal de Saúde